NOME DA AÇÃO EDUCACIONAL
Comunicação Social, Judiciário e Diversidade Étnico-Racial - TRF2-T01-2026
FINALIDADE PRINCIPAL
Compreender a construção histórica das relações raciais no Brasil, examinar as temáticas raciais identificando de que forma as questões raciais vêm sendo tratadas na legislação na jurisprudência pátria e reconhecer a importância da comunicação na luta antirracista.

OBJETIVOS DE RESULTADO (alinhado ao mapeamento estratégico do TRF)	
Macrodesafio	Garantia dos Direitos de Cidadania
Objetivo estratégico	Garantir direltos de inclusão e acessibilidade a todos

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
Identificar os eventos marcantes na formação das relações raciais em nosso país;
Analisar conceitos preliminares como "democracia racial" e "branquitude", necessáriosao desenvolvimento do curso;
Diferenciar os principais conceitos relacionados às questões raciais;
Entender o conceito de racismo em suas várias modalidades.
Conhecer as principais leis que versam sobre a temática racial;
Identificar de que forma os tribunais têm enfrentados questões atinentes à temática racial.
Assimilar novos conceitos relacionados à comunicação inclusiva;
Conhecer palavras e termos que devem ser evitados por sua natureza racista
Entender o papel das áreas de Comunicação do Poder Judiciário no trabalho pela igualdade racial

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
1.1. Introdução
1.2. As raízes da escravidão
1.3. O pós-abolição. A hierarquia racial e a opressão baseada na cor da pele
1.4. O mito da democracia racial. População negra e desigualdades
1.5. Branquitude, privilégios e meritocracia
2.1. Distinção entre "raça" e "etnia"
2.2. Preconceito racial e discriminação
2.3. Racismo
2.3.1. Racismo individual
2.3.2. Racismo institucional
2.3.3. Racismo estrutural
2.3.4. Racismo recreativo
2.3.5. Racismo reverso
2.4. Interseccionalidade
2.5. Ações afirmativas
3.1. O racismo na Constituição Federal de 1988
3.2. A injúria e o Código Penal
3.3 A criminalização de atos resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei n° 7.716/1989)
3.4. O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010)
3.5. A Resolução 203/2015 do CNJ
3.6. Racismo no trabalho (jurisprudência)
3.7. Racismo e intolerância religiosa (jurisprudência)
3.8. Racismo e LGBTFobia (jurisprudência)
4.1. A relação entre a comunicação e o tema da igualdade racial
4.2. A representação de pessoas negras na comunicação do Judiciário
4.3. Linguagem e identidade racial
4.4. Linguagem inclusiva e a questão racial
4.5. Termos racistas a evitar ou ressignificar
(Organização pelo Ceajud/CNJ)

MODALIDADE	CARGA HORÁRIA TOTAL	Nº DE VAGAS	VÁLIDO PARA
EAD assíncrono	20 horas	Ilimitado	AQT / PROMOÇÃO

PÚBLICO ALVO
Servidores da Justiça Federal da 2º Região

PRÉ-REQUISITOS
Não há.

METODOLOGIA	RECURSOS DIDÁTICOS
Autoinstrucional	Ambiente da Plataforma Moodle.

CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM IDEAL
Computador ou celular; conexão de rede; vídeo e fone de ouvido ativados.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
O participante deverá completar todas as atividades de avaliação e obter nota final igual ou superior a 70,0 para ser aprovado no curso.

AGENDA DA TURMA	
Instrutores:	Autoinstrucional

Período do curso:	26/1 a 27/2/2026
Horário:	Livre
Local:	Plataforma Moodle
OBSERVAÇÕES RELEVANTES	
Apesar da possibilidade de acompanhamento das aulas pelo celular, recomendamos que seja utilizado, preferencialmente, o computador, devido às maiores funcionalidades disponíveis.	
Após a sua inscrição na plataforma Zoom será gerado um link para acesso às aulas. Este link é individual e NÃO DEVERÁ SER COMPARTILHADO com outros participantes para que não haja inconsistência na geração de informação da participação no evento.	